

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: fevereiro de 2011.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro
Carta Capital
Agroanalysis
Biodiesel Br

Índice

Brasil assume presidência do Conselho de Segurança – Carlos Chacra – Internacional – O Estado de São Paulo – 02/02/01	4
Protocolo de Nagoi sob biodiversidade é assinado em Nova York– Carine Correa – Sítio Eletrônico do MMA – 03/02/2011	4
O terceiro fracasso do Mercosul – Thiago Marzagão - Espaço Aberto – O Estado de São Paulo – 05/02/2011	5
País assina Protocolo de Nagoya sobre biodiversidade – Afra Balazina- Planeta – O Estado de São Paulo – 05/02/2011	7
Obama não quer Brasil no Conselho da ONU – Denise Chispim Marin-Internacional – O Estado de São Paulo – 06/02/2011	8
Doha, momento de decisão - Lorde Brittan de Spennithorne – Valor Econômico – Opinião – 14/02/2011	10
França busca no G-20 acordo sobre commodities – Andrei Neto – Economia – O Estado de São Paulo – 15/02/2011	12
Brasil propõe acordo setorial em agricultura - Assis Moreira – Valor Econômico – Capa – 15/02/2011	13
Brasil propõe acordo setorial na agricultura e mexe com o jogo em Doha - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 15/02/2011	13
Brics terão reunião paralela no G-20 – Andrei Netto – Economia – O Estado de São Paulo – 16/02/2011	15
No G-20, Brasil deve voltar a atacar desequilíbrios cambiais - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 16/02/2011	17
Nova proposta francesa no G-20 agrada ao Brasil – Andrei Netto – Economia – O Estado de São Paulo – 17/02/2011	19
Brasil resiste no G-20 a crítica ao acúmulo de reservas – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 17/02/2011	20
Brasil resiste no G-20 a crítica ao acúmulo de reservas - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 17/02/2011	21
Importando a confusão e somando com a nossa – Washington Novaes – Espaço Aberto – O Estado de São Paulo – 18/02/2011	22
Países descartam controlar preços de commodities – Andrei Netto - Economia – O Estado de São Paulo – 18/02/2011	24
G-20 cria índices para prevenir contra crises- Andrei Netto – Economia – O Estado de São Paulo – 20/02/2011	25

Controle de preço de commodities não avança – Andrei Netto – Economia – O Estado de São Paulo – 20/02/2011	26
Interesses nacionais freiam avanço em reunião do G-20 – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 21/02/2011	26
Até a próxima crise – Celso Ming – Economia – O Estado de São Paulo -22/02/2011	28
Rio+20 não pode se tornar arena de acusações, diz ministra Izabella no Quênia – Maíesse Gramacho – Sítio Eletrônico do MMA – 22/02/2011	29
G-20 agora se atrapalha em discussões óbvias – Valor Econômico - Opinião - 23/02/2011	30
Parcos resultados do G-20 – Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 26/02/2011	32
Na Índia, países que integram o BASIC discutem mudanças climáticas – Maíesse Gramacho – Sítio Eletrônico do MMA - 28/02/2010.....	33

**Brasil assume presidência do Conselho de Segurança – Carlos Chacra –
Internacional – O Estado de São Paulo – 02/02/01**

Com uma agenda que prevê a discussão de temas como a partilha do Sudão e a condenação dos assentamentos israelenses na Cisjordânia, o Brasil assumiu ontem a Presidência do Conselho de Segurança da ONU. O mandato, de um mês, ocorre às vésperas da visita do presidente Barack Obama ao País.

A estratégia brasileira para mostrar liderança será por meio da atuação nos diversos grupos de países dos quais faz parte, como o G-4 (com Japão, Alemanha e China), Bric (com Índia, Rússia e China) e Ibas (com Índia e África do Sul). “O Brasil está em todas”, afirmou ao Estado a embaixadora do Brasil na ONU, Maria Luiza Viotti, que agora é presidente do Conselho.

Segundo ela, os membros do G-4 “farão uma declaração conjunta, neste mês, defendendo a reformado Conselho”. A embaixadora, porém, deixou claro que a presidência do órgão não significa uma autorização para que o tema seja discutido.

“A reforma é tratada na Assembleia Geral, mas, certamente, a presidência nos dá visibilidade porque tratamos de assuntos que podem mostrar a liderança do Brasil”, disse. No dia 11, o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, estará presente no Conselho de Segurança, em Nova York.

Em março, após o mandato brasileiro, Obama viajará ao Brasil. No ano passado, em visita à Índia, o presidente americano defendeu a inclusão dos indianos como membros permanentes do CS. Apesar de remota, segundo analistas, existe uma possibilidade de o líder dos EUA apoiar também o Brasil quando se reunir com a presidente Dilma Rousseff.

Na entrevista, a embaixadora negou que o governo tenha distribuído uma orientação com mudanças na política externa brasileira, conforme informou a reportagem do **Estado**.

Este mês, talvez o Brasil tenha de levar à votação em plenário uma resolução para condenar os assentamentos israelenses na Cisjordânia. “Os palestinos decidirão, depois da reunião do Quarteto, no dia 5, se querem levar adiante a proposta. Como eles não são membros, o Líbano está apresentando o projeto”, disse Maria Luiza na sala da presidência do CS. Segundo a diplomata, o foco da presidência será “a paz, a segurança e o desenvolvimento”.

Também será preciso renovar o mandato da missão da ONU em Timor Leste, debater os resultados da votação da partilhado Sudão e, possivelmente, incluir na agenda a situação no Haiti.

**Protocolo de Nagoi sobre biodiversidade é assinado em Nova York – Carine Correa –
Sítio Eletrônico do MMA – 03/02/2011**

O Brasil assinou nesta quarta-feira (2/2), na sede das Nações Unidas em Nova York

(EUA), o Protocolo de Nagoi sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Oriundos de sua Utilização. Uma vez em vigor, o documento estabelecerá as bases para um regime internacional mais eficaz de acesso e repartição dos lucros obtidos com o uso da biodiversidade e com os conhecimentos tradicionais a ela associados.

A assinatura do Protocolo representa um importante passo para a conservação da biodiversidade em âmbito global, e também luta contra a biopirataria e pela repartição de benefícios financeiros obtidos com a manipulação e comercialização de material genético extraído da diversidade biológica. O tema é de especial relevância para países megadiversos, como o Brasil, detentores da maior biodiversidade do planeta.

O documento foi adotado na 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da ONU, realizada em outubro de 2010 em Nagoi (Japão). Sua aprovação representou a conclusão bem-sucedida de um processo de negociação que durou seis anos. Para que entre em vigor, o Protocolo precisa ainda ser ratificado por, no mínimo, 50 países.

Com a assinatura, o Brasil torna-se um dos primeiros países comprometidos a submeter o documento a um processo de aprovação interno (agora, o Protocolo será encaminhado à Casa Civil pelo Itamaraty, para depois ser levado à avaliação do Congresso Nacional), reafirmando seu papel de liderança no âmbito da CDB e o compromisso político que assumiu na conferência.

O secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA, Bráulio Dias, explica que o País faz questão de ser uma das primeiras nações a ratificar o acordo. "Nós fomos um dos atores-chave na negociação deste Protocolo. O tema é muito importante para um país megadiverso no que se refere à utilização sustentável da biodiversidade, que deve acontecer de forma a respeitar e valorizar os locais fornecedores de matéria-prima e os detentores dos conhecimentos de populações tradicionais", diz.

Florestas - No mesmo dia, a ONU realizou o lançamento oficial do Ano Internacional das Florestas, durante a 9ª Reunião do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas, que será finalizado no próximo dia 4/2. Durante o evento, os países-membros estão debatendo o papel das florestas nos desafios ambientais, econômicos e sociais contemporâneos.

O terceiro fracasso do Mercosul – Thiago Marzagão - Espaço Aberto – O Estado de São Paulo – 05/02/2011

Muito já se escreveu sobre o fracasso do Mercosul em alcançar os dois principais objetivos de uma união aduaneira: liberalizar o comércio entre seus países-membros e adotar uma tarifa comum sobre as importações oriundas de terceiros países. O comércio intra bloco segue limitado por um sem número de barreiras (das quais se

destacam as crescentes restrições argentinas a produtos brasileiros) e alguns estudos estimam que a tarifa supostamente comum, na verdade, só é aplicada a cerca de metade das importações do bloco (a outra metade continua submetida a tarifas nacionais, diferentes em cada um dos países-membros). Quando de sua criação porém, pretendia-se que o Mercosul cumprisse ainda um terceiro objetivo: o de assegurar que a abertura comercial dos anos anteriores não viesse a ser desfeita no futuro.

Uma análise do bloco ao longo dos últimos anos mostra que, também nesse aspecto, o Mercosul falhou. Precisamos saber por quê. Até 1990 a indústria nacional praticamente não enfrentava competição estrangeira alguma: importar só era permitido quando a mercadoria a ser importada não tinha similar nacional e, mesmo nesses casos, as tarifas eram usualmente proibitivas, em especial para bens de consumo. Em 1990, como é amplamente sabido, o governo Collor promoveu substancial alteração desse quadro, reduzindo tarifas e eliminando a necessidade dos infelizes “exames de similaridade” para um grande número de mercadorias.

A indústria brasileira foi obrigada a inovar e reduzir custos e passou a poder importar máquinas e equipamentos antes inacessíveis; como resultado, a produtividade da economia brasileira deu um salto – após uma década de estagnação, passou a crescer cerca de 7% ao ano a partir de 1991. Mas como garantir, à época, que essa abertura não viesse a ser revertida? Como garantir que os atores prejudicados pela abertura – empresários e trabalhadores ineficientes, avessos à inovação e à concorrência – não viessem a convencer futuros governantes a restabelecer o regime comercial praticamente soviético que vigia até 1990? O Mercosul foi, em parte, uma resposta a esse problema.

Ao constituir o Mercosul, o Brasil abdicou do direito de decidir seu próprio regime comercial: em 1.º de janeiro de 1995 o Brasil passou a depender da aprovação de Argentina, Paraguai e Uruguai para poder alterar suas tarifas de importação. Dessa forma o Mercosul foi, ao menos parcialmente, uma tentativa de cristalizar e proteger a abertura que havia sido empreendida até então – estratégia a que os cientistas políticos dão o nome de *lock in* e é adotada por governos do mundo todo, em diversas arenas (estratégias desse tipo podem ser pregadas na consolidação de reformas financeiras, políticas, etc.).

No caso do Mercosul, porém, essa estratégia não tem funcionado: a tarifa de importação média aplicada pelo Brasil vem aumentando, resultado da crescente captura do governo pelo lobby protecionista de fabricantes de brinquedos, calçados, têxteis e diversos outros setores. Parte da abertura levada a cabo em 1990 foi desfeita. Por que falhou o Mercosul em prevenir esse retrocesso?

A resposta é que a estratégia de *lock in* só dá certo quando se amarra a política comercial própria à política comercial de vizinhos interessados em aprofundar (ou ao menos em não reduzir) seu grau de integração à economia mundial. Certamente não é o caso da Argentina, que a todo instante descobre em sua indústria doméstica um novo “setor estratégico” a ser agraciado com formas diversas de proteção comercial (tarifas, dificuldades na emissão de licenças de importação e medidas compensatórias contra supostos casos de concorrência desleal, para citar os instrumentos mais comuns).

O último “setor estratégico” identificado pelos argentinos é a fabricação de toalhas e lençóis, o que não nos permite outra conclusão senão a de que nosso principal sócio no Mercosul está disposto a replicar o regime comercial semi autárquico que vigorou no Brasil até 1990. Um sócio desses, naturalmente, não tem o menor interesse em bloquear as investidas protecionistas do Brasil – ao fazê-lo, estaria deslegitimando suas próprias ações.

Prevalece, portanto, a lógica da acomodação: o Brasil não se opõe ao protecionismo argentino, a Argentina não se opõe ao protecionismo brasileiro e, assim, ambos os sócios ficam livres para ceder à pressão de seus respectivos setores ineficientes por tarifas maiores. É uma espécie de pacto da mediocridade.

Uruguai e Paraguai, é verdade, são mais moderados e por vezes relutam em ratificar propostas argentinas e brasileiras que resultem em mais protecionismo. Com frequência cada vez maior, porém, essa relutância é apenas um jogo de cena para extrair benesses do Brasil e da Argentina em outras esferas.

Por meio do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem), estabelecido em 2005, por exemplo, o Brasil destina anualmente US\$ 70 milhões a “projetos de desenvolvimento” paraguaios e uruguaios. Iniciativas como essa dão ensejo ao toma-lá-dá-cá bilateral: é fácil obter o assentimento de Uruguai e Paraguai a qualquer alteração tarifária quando se tem tamanho saco de bondades à disposição.

O cidadão brasileiro fica no pior dos mundos: arca com as consequências de tarifas maiores, como consumidor, e com o custo de aprovação dessas tarifas, como contribuinte. Leva o tiro e ainda custeia a bala.

O Mercosul, portanto, fracassou em seus três objetivos fundamentais. A adesão da Venezuela, caso seja ratificada pelo Parlamento do Paraguai (já o foi pelos Parlamentos dos outros três sócios), em nada contribuirá para a reversão desse quadro. Nesse cenário, não há justificativa para a permanência do Brasil no bloco.

□

DOUTORANDO EM CIÊNCIA POLÍTICA PELA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE OHIO, PERTENCE À CARREIRA DE ESPECIALISTAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL DO GOVERNO FEDERAL, DA QUAL ESTÁ TEMPORARIAMENTE LICENCIADO. E-MAIL: THIAGOMARZAGAO@GMAIL.COM

País assina Protocolo de Nagoya sobre biodiversidade – Afra Balazina- Planeta – O Estado de São Paulo – 05/02/2011

O Brasil assinou nesta semana, na sede das Nações Unidas em Nova York (EUA), o Protocolo de Nagoya, adotado na 10.^a Conferência das Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), realizada em outubro de 2010 no Japão. O País foi um dos primeiros a assinar, ao lado da Argélia, da Colômbia e do Iêmen.

Para que entre em vigor, o tratado precisa ser ratificado por pelo menos 50 países. O protocolo contém um acordo internacional de combate à biopirataria e estabelece metas para serem cumpridas pelos 193 países até 2020.

Entre os objetivos definidos estão garantir que pelo menos 17% dos ecossistemas terrestres e 10% dos ecossistemas marinhos e costeiros estejam dentro de áreas protegidas e recuperar pelo menos 15% dos ecossistemas degradados.

Obama não quer Brasil no Conselho da ONU – Denise Chrispim Marin-Internacional
– O Estado de São Paulo – 06/02/2011

Segundo diplomata americano, presidente é contra entrada do País como membro permanente e evitará falar sobre o tema em sua visita em março

O presidente dos EUA, Barack Obama, não deverá trazer seu apoio à entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU como membro permanente durante sua visita ao País, em março. A Casa Branca e a diplomacia americana trabalham para contornar inevitáveis e constrangedoras perguntas da imprensa e para não prejudicar seu projeto de relançar as relações bilaterais.

Segundo uma fonte do Departamento de Estado, a mudança na posição de Washington é uma possibilidade remota. Seria um “milagre”. Para o governo americano, o Brasil cometeu um “pecado mortal” ao votar contra a resolução do Conselho de Segurança sobre novas sanções ao Irã, em junho.

Posição brasileira.

A iniciativa brasileira teria sido mais grave que a insistente busca pelo acordo nuclear com o Irã porque “comprometeu a própria credibilidade do sistema” e deu mostras da contaminação das decisões mais sensíveis de política exterior do País pela personalidade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ex-chanceler Celso Amorim. “Foi uma burrada”, disse a fonte. Para o Departamento de Estado, ainda não está claro se o governo de Dilma Rousseff, como continuidade da administração Lula, preservará a mesma linha de ação na área externa.

Essa dúvida começará a ser dirimida no dia 23, quando o chanceler Antônio Patriota fará sua primeira visita à secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, em Washington. Essa será a primeira oportunidade de diálogo entre EUA e Brasil sobre o passo anterior – a reforma do Conselho de Segurança, que permanece engavetada na ONU

Obama, o Brasil e o Conselho de Segurança – Roberto Abdenur – Primeiro Caderno –
O Estado de São Paulo – 13/02/2011

É usual, no contexto da preparação de visitas internacionais, a troca pela imprensa de “recados” entre uma parte e outra. Serve isso para ventilar desde logo certas tendências ou mesmo posicionamentos já cristalizados quanto à agenda das conversações a se darem durante a viagem. Merece atenção, a esse respeito, matéria saída na edição deste jornal do último dia 8 de fevereiro. Nela a correspondente em Washington afirma que o presidente Barack Obama não quer Brasil no Conselho de Segurança da ONU (CSNU). Segundo fonte do Departamento de Estado, o Brasil teria cometido um “pecado mortal”, uma “burrada”, ao se opor às sanções aprovadas pelo conselho contra o Irã. Diante disso, quando da visita ao País, em março, Obama só por “milagre” virá a apoiar o pleito brasileiro por assento permanente no CSNU.

O tema merece detida avaliação, pois não deixa de ter algum impacto sobre o relacionamento bilateral, ainda que não constitua condição *sine qua non* para avanços que são, por sinal, de profundo interesse para ambas as partes. E porque, para além disso, envolve decisões que dizem respeito a como conseguirá a comunidade internacional melhor

se organizar para enfrentar os ingentes desafios que se lhe apresentam em numerosas questões de ordem econômica, ambiental, energética, política e de segurança. Um importante antecedente vem desde logo à baila: abandonando a postura de silêncio sobre a questão da ampliação do CSNU, em sua recente viagem a Nova Délhi o presidente Obama desdobrou-se em loas à Índia, cuja candidatura ao conselho endossou plenamente. E o fez ao formalizar-se inédito acordo de cooperação nuclear entre os Estados Unidos e o país que se tornou potência nuclearmente armada ao arripio do Tratado de Não Proliferação. Foi a Índia, na ocasião, consagrada como parceira estratégica dos Estados Unidos. Subjacente a esses ousados passos esteve o interesse dos Estados Unidos em respaldar aquele país como contrapeso ao crescente poderio econômico, político e militar da China. Assim é a *Realpolitik*, há que compreender (como, de resto, fez agora, de sua parte, o governo brasileiro, outrora profundamente crítico da bomba indiana).

O que vem ao caso, com vista à presença de Obama em Brasília, é o fato de que o presidente norte americano passou a admitir o princípio da ampliação do CSNU – e aí se faz indispensável que Washington proceda a uma cuidadosa, serena e objetiva análise do “caso brasileiro”. Para começo de conversa, não faz sentido que, sobre assunto de tão amplas implicações internacionais, se deixe o governo dos Estados Unidos levar pelo inconformismo como voto brasileiro no caso iraniano. Salta aos olhos que a atitude do governo Lula constituiu fragorosa anomalia, no sentido de que não estava em jogo, no caso, nenhum interesse nacional. Aquela desventurada aventura constituiu grave – mas momentâneo, passageiro – desvio das diretrizes históricas da diplomacia brasileira. Trata-se de episódio isolado e superado, que de modo algum representou alteração de rumos na trajetória do País no plano internacional. O que, sim, vem mudando, e muito rapidamente, na trajetória do País é sua ascensão à condição de ator relevante, em não poucos casos até decisivo, ao largo do amplo espectro de problemas internacionais (e *globais*) cujo encaminhamento está a exigir pronta reconfiguração dos sistemas decisórios nas Nações Unidas e em outros foros.

É preciso que os Estados Unidos reconheçam, na devida medida, a virtual singularidade do que chamo de “caso brasileiro”. Diferentemente da Índia – e da China, e da Rússia, e dos próprios Estados Unidos –, é o Brasil o único país de dimensões continentais, vultosa população e grande e dinâmica economia a situar-se fora (e até longe) dos contextos de tensão geopolítica que marcam outras regiões do mundo. Será que os Estados Unidos estariam agora adotando como critério para seu apoio a uma entrada no CSNU a posse da bomba? Se assim for, o Brasil decididamente não terá jamais títulos para um assento permanente no conselho (nem o terão outros candidatos fortes, como a Alemanha e o Japão). O que singulariza o Brasil é, ao contrário, o fato de viverem região privilegiadamente pacífica, livre de armas de destruição em massa e onde praticamente inexistem riscos de conflitos. Esse privilégio foi em não pequena medida o fruto de mais de um século de hábil e lúcida diplomacia, de resto correspondida por nossos vizinhos.

Mas a diplomacia brasileira nunca esteve confinada ao Hemisfério ou à América Latina. Mesmo antes de lograr a estabilidade democrática e o vigor econômico que agora usufrui, teve desde sempre o Brasil voz ativa e considerável influência nos debates sobre questões de comércio, economia e finanças, desarmamento, não proliferação e variadas outras questões envolvendo a paz e a segurança internacionais. Muito concretamente, tem atuado como *bridge builder* entre diferentes regiões e fator de conciliação e entendimento em múltiplos foros de toda ordem. Obama, ainda que seguramente popular em nosso país, não é santo nem precisa fazer “milagres” na visita a Brasília. Basta-lhe refletir mais detidamente sobre o que significa – e cada vez mais

significará como ator decisivo no plano internacional – o Brasil como economia, nação e Estado. Tal reflexão deveria incluir, no plano propriamente bilateral, a constatação de que houve em anos recentes uma mudança na *natureza* mesma do relacionamento Brasil-Estados Unidos. Uma nova dinâmica, de crescente mutualidade, vai criando fortes vínculos de entrelaçamento e interdependência: do que decorre substancial ampliação da área de convergência e entendimento, por sobre diferenças pontuais de pontos de vista. A conclusão lógica de uma tal reflexão será o reconhecimento de que o endosso à candidatura brasileira ao conselho só faz consultar os melhores interesses da comunidade internacional – aí incluídos, claro está, também os dos Estados Unidos.

*

DIPLOMATA, FOI EMBAIXADOR
DO BRASIL NOS ESTADOS UNIDOS

Doha, momento de decisão - Lorde Brittan de Spennithorne – Valor Econômico –
Opinião – 14/02/2011

Há uma chance real de se chegar a um acordo agora.

Reino Unido e Brasil possuem relações muito próximas, baseadas em negócios, na amizade e em uma gama de interesses em comum. Nossas relações fazem parte da enorme rede de relações interconectadas que constituem o mundo moderno.

Minha visita ao Brasil nesta semana faz parte de um processo iniciado pelo novo governo britânico para desenvolver ainda mais as relações entre Reino Unido e Brasil, com foco especial na intensificação de ligações que beneficiem a prosperidade de ambos os nossos países.

Comércio e investimentos são essenciais para a prosperidade.

Os países que crescem mais rapidamente tendem a ser aqueles com menos barreiras comerciais.

Então, devemos ter um compromisso com mercados abertos globalmente, a fim de desenvolver nosso potencial econômico.

O mundo não deve retornar ao protecionismo.

É por isso que o governo britânico publicou em 9 de fevereiro seu Documento de Políticas Públicas sobre Comércio e Investimentos: uma estratégia ambiciosa para impulsionar o comércio internacional e as relações de investimento, fortalecer o sistema multilateral, desenvolver nosso ambiente doméstico para negócios e permitir que os países em desenvolvimento construam seus próprios caminhos rumo ao crescimento.

O documento defende mercados abertos e alerta para os perigos do protecionismo; defende a remoção de barreiras ao comércio e a investimentos e a melhoria do acesso a

mercados; pressiona pela conclusão da Rodada de Doha em 2011; defende o fortalecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC); defende uma conclusão rápida de acordos de livre comércio prioritários para a União Europeia; defende a integração comercial e regional na África; e defende o engajamento com membros do G-20 — grupo de 19 países mais a União Europeia — para alcançar esses objetivos.

Espero com interesse compartilhar nossa análise com o governo brasileiro, com o setor privado e com órgãos representativos.

A principal e mais urgente tarefa para todos nós é concluir a Rodada de Doha. Uma vez concluída, a Rodada injetará na economia mundial US\$ 175 bilhões por ano. Temos uma chance real de chegar a um acordo agora. O momento está se tornando propício e perder a oportunidade que temos agora poderia resultar na primeira rodada de comércio global mal sucedida.

O Brasil já mostrou verdadeira liderança na OMC no passado, e espero que demonstre-a novamente nos próximos meses.

Concluir um ambicioso Acordo de Livre Comércio entre União Europeia e Mercosul também é uma das prioridades do Reino Unido. Tal acordo complementaria um acordo multilateral, construindo laços mais fortes entre ambos os blocos e aumentando a capacidade de nossas empresas de competir em um mercado global cada vez mais acirrado.

Bons resultados nessas duas negociações-chave beneficiarão a todos nós. O comércio não é um jogo onde alguns países ganham e outros perdem: é justamente o oposto. Todos nos tornamos mais ricos quando o comércio aumenta e progride.

Porém, os governos precisam garantir que a política comercial corresponda às necessidades de nossas empresas. O Documento de Políticas Públicas sobre Comércio explica como tencionamos fazer isso em vários de nossos principais países parceiros.

Investimentos são o outro lado da moeda. O Reino Unido é um dos grandes investidores no Brasil, em especial no setor de petróleo e gás natural. Os investimentos brasileiros no Reino Unido estão crescendo também e são muito bem recebidos.

O Reino Unido possui mais sedes europeias do que qualquer outro país, e é um dos melhores locais no mundo para se comercializar.

E planejamos continuar assim por meio da realização de cortes nos impostos corporativos e nas regulamentações. Ficamos muito satisfeitos com o fato de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) escolher Londres como o local de sua primeira subsidiária no exterior.

Portanto, estamos diante de um grande desafio: continuar construindo uma economia global aberta e um sistema comercial que beneficie a todos nós. Isso gerará crescimento, empregos e riqueza ao redor do mundo. Estamos confiantes de que este é um desafio que Reino Unido e Brasil, juntos com outros parceiros, serão capazes de vencer.

Lorde Leon Brittan de Spennithorne é assessor comercial do primeiro-ministro britânico, David Cameron

Bons resultados nessas duas negociações beneficiarão todos países. O comércio internacional não é um jogo onde alguns países ganham e outros perdem: é justamente o oposto. Todos ficaremos mais ricos quando o comércio crescer e progredir

França busca no G-20 acordo sobre commodities – Andrei Neto – Economia – O Estado de São Paulo – 15/02/2011

País quer apoio do Brasil e de outros emergentes para regular operações financeiras com derivados de produtos agrícolas e metais

A França vai investir a partir deste fim de semana, na reunião ministerial do G-20 em Paris, em sua proposta de regulação dos produtos derivados de matérias-primas. O projeto, que envolve interesses do Brasil, foi confirmado ontem pela ministra da Economia da França, Christine Lagarde.

Em recado ao governo brasileiro, a executiva afirmou que a Europa não quer controlar os preços dos produtos agrícolas, mas de seus derivados nos mercados financeiros. A proposta é uma das mais delicadas a serem negociadas até novembro de 2011, quando será realizada em Cannes a reunião decupulada G-20.

Segundo Lagarde, a produção agrícola e o comércio de metais são dois exemplos de setores estratégicos que estão sendo alvo de especulação excessiva nos mercados financeiros.

A ministra citou oscilações nos preços do cobre, do algodão, do leite, do trigo e do milho para exemplificar o problema. “No mercado, troca-se o equivalente a 45 vezes a produção anual mundial de trigo e 24 vezes a de milho. E 85% das posições de compras desses produtos são detidas por atores do mundo financeiro”, afirmou. “Suas atividades não têm vínculos reais com a mercadoria que trocam.”

A proposta do governo francês, ressaltou a ministra, não é de criar mecanismos de administração de preços – a exemplo do Sistema de Estabilização de Receitas de Exportação (Stabex), extinto em 2000 –, mas sim reduzir a volatilidade, aumentar a transparência e os mecanismos de seguro, “para evitar distorções maciças e reduzir os riscos aos produtores”.

“Não estamos propondo, porque somos franceses reguladores encarnados e administradores determinados, a administração de preços”, ironizou a ministra. A seguir, reiterou sua proposta, em colaboração como governo da Rússia: regular o mercado de derivados de matérias-primas. “Precisamos limitar os abusos, estendendo a regulação ao conjunto dos mercados e dos instrumentos do mercado.”

A ministra informou ainda que o grupo de trabalho sobre o tema recebeu propostas da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a regulação de estoques para fins humanitários, que estão em análise. A ideia de regular o mercado de commodities

não agrada aos emergentes, em especial Brasil e Argentina. Na semana passada, os ministros da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, e da Argentina, Amado Boudou, firmaram posição comum pela não regulação.

Ontem, Lagarde afirmou que existe “muita incompreensão e muita ansiedade de alguns emergentes” e deu sinais de que o Brasil é um dos mais recalcitrantes: “Sobre a questão das matérias primas, esperamos as propostas do Brasil. Eu repito aos nossos amigos brasileiros: nós não queremos administrar os preços”.

De acordo com ela, a discussão pode atender os interesses brasileiros. “Queremos mais luz e regulação nos produtos derivados, como temos nos derivados financeiros.” Outro desacordo entre as propostas da França e do Brasil no G-20 deve ser o controle de fluxos de capitais estrangeiros. Ontem, Lagarde insinuou que as medidas adotadas por países emergentes são protecionistas. “Países como o Brasil ou a Coreia do Sul implantaram barreiras ou obrigações para limitar os fluxos de capital internacional. É preciso questionar a natureza dessas obrigações.”

Brasil propõe acordo setorial em agricultura - Assis Moreira – Valor Econômico – Capa – 15/02/2011

A alta dos preços dos produtos agrícolas fez o Brasil virar o jogo na Rodada Doha, propondo agora um acordo setorial na agricultura para compensar a abertura que deverá fazer nas áreas industrial e de serviços. Nos acordos setoriais, os países interessados eliminam ou reduzem significativamente as alíquotas de importação. O Brasil apontou o setor de carnes como um dos que poderiam ter cortes tarifários maiores. O Brasil mudou o foco e se concentrou em acesso ao mercado. Com a disparada das commodities, o limite aos subsídios americanos em US\$ 14,5 bilhões, a grande moeda de troca, não representaria corte algum — eles já estão em US\$ 9 bilhões. Página A2

Brasil propõe acordo setorial na agricultura e mexe com o jogo em Doha - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 15/02/2011

A alta dos preços dos produtos agrícolas fez o Brasil virar o jogo na Rodada Doha, propondo um acordo setorial na agricultura para compensar a abertura que deverá fazer nas áreas industrial e de serviços. Pelos acordos setoriais, os países interessados eliminam ou reduzem significativamente as alíquotas de importação de um segmento específico. O Brasil mencionou o setor de carnes como um dos que poderiam receber cortes tarifários maiores e em ritmo mais acelerado.

A proposta brasileira pegou Estados Unidos, União Europeia e outros desenvolvidos de surpresa, no momento em que a negociação de Doha se acelera, apesar do ceticismo sobre a possibilidade de ser concluída em novembro.

A proposta representa uma mudança na estratégia brasileira.

Ao longo dos últimos dez anos de negociações, o sentimento comum era que a barganha com os EUA seria feita na seguinte base: o Brasil e outros emergentes fariam a abertura

de seus mercados industrial e de serviços, enquanto os americanos cortariam substancialmente os bilionários subsídios agrícolas que distorcem o comércio mundial.

Os EUA têm proposta na mesa para cortar em 70% esses subsídios, limitando-os a US\$ 14,5 bilhões por ano. Ocorre que o cenário global mudou. Com a alta dos preços das commodities agrícolas, seus produtores necessitam menos de subvenções e o montante pago para eles baixou para US\$ 9 bilhões.

Diante desse cenário, o Brasil mudou foco, de acesso ao mercado por redução de subsídios, para a troca unicamente em acesso ao mercado (corte de tarifa). O país considera que no, cenário atual, a negociação não é equilibrada e, por isso, não pode oferecer acesso ao seu mercado industrial e de serviços em troca de um ganho virtual.

Em geral, os países em desenvolvimento vão cortar entre 50% e 60% de suas tarifas consolidadas.

Se Doha for concluída com os americanos podendo dar US\$ 14,5 bilhões de subsídios, eles não estarão cortando nada na prática, ou apenas “á g u a”, como se diz no jargão da OMC.

Para Brasília, a alteração no jogo é ainda mais necessária quando projeções apontam manutenção da alta das cotações das commodities agrícolas pelo menos até 2015.

Na presidência do G-20, o governo francês quer propor até controle de preços e criação de estoques regionais de alimentos, para reduzir a volatilidade no mercado.

Negociadores elogiaram informalmente a reação brasileira. A dificuldade, no entanto, é que os EUA têm uma margem para negociar subsídios, mas não seus parceiros como UE, Noruega, Suíça e Japão. Todos eles querem pegar uma carona no acesso ao mercado dos emergentes dinâmicos, sem pagar a contrapartida na área agrícola.

Na verdade, a tendência é de aumento nas barreiras agrícolas.

A surpresa com a proposta brasileira é ilustrada na falta de reação pública dos desenvolvidos. Até agora, 14 iniciativas setoriais foram propostas, mas só na área industrial, como químicos, produtos florestais, eletrônicos, automotivos e autopeças, têxteis e vestuário, pescado, gemas e joalheria, matérias primas, brinquedos, bicicletas e equipamentos esportivos.

A proposta pode refrear pressões dos EUA para os grandes emergentes participarem de liberalização adicional, sobretudo em áreas como químicos e máquinas.

Recentemente, Washington passou a novo patamar de cobrança, para que eles se comprometam em abrir seus mercados em “nível similar” a dos países ricos e facilitar a entrada de produtos industriais e serviços. Os EUA argumentam que, sem melhora na oferta de acesso ao mercado nas três grandes economias emergentes — China, Índia e Brasil —, será impossível para a Casa Branca aprovar um acordo de Doha no Congresso e também com os empresários.

O Brasil vem rejeitando sistematicamente demandas adicionais americanas de abertura

de setores sensíveis da indústria brasileira. E apresentou a proposta de setorial agrícola com cautela. Indicou que poderia contemplar eventuais ajustes para atender algumas demandas na área industrial, desde que seja compensado por maior liberalização para o setor específico de carnes, como passo inicial.

Ou seja, o país pode fazer ajustes em sua oferta de liberalização, mas que estarão longe de significar uma barganha entre

Proposta pode conter pressões dos EUA para obter liberalização adicional dos grandes países emergentes

Brics terão reunião paralela no G-20 – Andrei Netto – Economia – O Estado de São Paulo – 16/02/2011

China e Brasil já recusam propostas da França sobre commodities e câmbio; oposição entre ricos e emergentes já marca o encontro

Ministros de Economia do Brasil, Rússia, Índia e China – os países Bric –, além de África do Sul, realizarão na sexta-feira, em Paris, uma reunião paralela à agenda do G-20 ministerial, promovida pelo governo francês. A intenção oficial do encontro é “trocar ideias” sobre as propostas que serão levadas às mesas de trabalho até o sábado, mas na prática o grupo discutirá restrições à questão cambial e aos indicadores de desequilíbrios, impostas pela China, e à regulação do mercado de commodities, que desagradam ao Brasil.

O encontro dos Brics em Paris, que acontecerá em alto nível, com a presença do ministro da Fazenda, Guido Mantega, e do assessor Internacional do ministério, embaixador Carlos Cozende, sintetiza o estado atual das negociações no interior do G-20: a divisão clara entre países desenvolvidos e emergentes antes mesmo do início da chegada das autoridades a Paris. Nos bastidores, os negociadores da França se mostram preocupados com a oposição dos interesses entre os dois grupos.

As divergências começam pelo ponto mais urgente da reunião de sábado do G-20: a definição dos indicadores de desequilíbrio macroeconômico.

Pela vontade do governo francês, um acordo seria selado ainda em Paris, permitindo que as demais reuniões intermediárias até o G-20 de Cannes, em novembro, tivessem outros temas. Pela proposta francesa, chamada de “linhas diretivas”, além do comércio exterior, a dívida pública e o desequilíbrio das contas correntes seriam critérios a serem incluídos nos indicadores. Tudo para reequilibrar o balanço dos modelos macroeconômicos adotados por ricos e emergentes. “A China exporta, a Europa consome e os Estados Unidos consomem e se endividam”, resumiu a ministra da Economia da França, Christine Lagarde, criticando a conjuntura atual.

A Alemanha, por exemplo, tenta incluir na discussão questões ambientais – como o balanço de carbono emitido – e econômicas, como a flexibilidade da taxa de câmbio, critérios que China e Índia não aceitam sequer discutir. Os apelos por mais equilíbrio

não estão sensibilizando China e Índia, cujos negociadores consideram as propostas como intrusão em suas políticas econômicas.

Os dois países não aceitam que seu modelo – baseado no câmbio favorável e nas exportações crescentes – seja posto em questão. Já o Brasil, com apoio da Argentina, não aceita interferências no mercado de matérias primas.

Ontem, em Brasília, Guido Mantega voltou a descartar qualquer possibilidade de acordo sobre a proposta francesa, que projeta regulação dos derivados de matérias-primas nos mercados financeiros. “O Brasil é totalmente contra qualquer mecanismo para controlar ou regular os preços das commodities”, disse o ministro. Commodities.

Mantega aproveitou ainda para reverter o jogo, atribuindo o aumento do preço das matérias-primas agrícolas, que segundo o Banco Mundial foi de 15% entre outubro de 2010 e janeiro de 2011, às “barreiras comerciais” impostas por países desenvolvidos – uma forma de pressionar por avanços na Rodada de Doha e no acordo de livre comércio entre União Europeia e Mercosul. “Uma forma de manter em baixa os preços das commodities seria encorajar uma produção maior nos países emergentes e pobres”, disse.

Apesar dos pontos de desacordo, os Brics também não levarão um parecer conjunto à reunião do G-20, segundo o **Estado** apurou. Exemplo disso é que, na questão cambial, o Brasil se mostra independente, ao mesmo tempo crítico dos EUA e do dólar como moeda de reserva internacional e do câmbio controlado e sub valorizado do yuan, da China.

É justamente na questão cambial que o Brasil se mostra mais próximo de apoiar as propostas da França, que deseja o alargamento da cesta de moedas de referência do FMI. Ontem, Mantega deu mais uma vez sinais públicos de apoio à iniciativa

França recua ante o Brasil para evitar racha no G-20 - **Assis Moreira – Valor Econômico – Capa – 16/02/2011** De Paris

Às vésperas da reunião ministerial do G-20, em Paris, a França ensaia um recuo para evitar uma rota de colisão com o Brasil sobre como controlar a disparada dos preços dos alimentos e regular os mercados agrícolas, após a reação do país a suas sugestões. O Valor apurou que o governo francês deflagrou um esforço adicional para explicar ao Brasil que não quer “prejudicar” os países exportadores nem buscar o controle de preços das commodities agrícolas, e sim deter a especulação com derivativos.

A França busca visivelmente evitar uma polarização no grupo das maiores economias do mundo sobre medidas envolvendo o mercado agrícola. Mas um negociador europeu admitiu que ainda é difícil decifrar o que os franceses realmente querem, porque continuam “medindo o pulso” sobre o tema.

Diante da reação de países como o Brasil, alguns negociadores acreditam que Paris não vai insistir muito em questões como a formação de estoques reguladores regionais, por

exemplo.

A preocupação com os preços dos alimentos está no centro da agenda francesa no G-20. Primeiro, pela situação atual de explosão dos valores e, segundo, pela aproximação da eleição presidencial na França. O presidente Nicolas Sarkozy quer mostrar que apoia seus agricultores, que tendem para a extrema-direita.

A França continua a ser um dos dez maiores exportadores de produtos agrícolas, o que permitiu que o superávit da balança comercial do país no ano passado superasse € 7 bilhões. O governo francês vem insistindo em vincular volatilidade de preços e segurança alimentar.

Para o Brasil, isso tem pouco sentido. A volatilidade dos preços agrícolas sempre existiu. O que se pode tentar buscar é previsibilidade para consumidores e produtores, dentro de mecanismos de mercado e não de intervenção estatal. O Banco Mundial alertou ontem sobre “níveis perigosos” dos preços dos alimentos, que poderiam causar instabilidade política.

Por sua vez, organizações internacionais mostram que o auxílio dos países desenvolvidos para a agricultura de nações mais pobres caiu de 11,5% de toda a ajuda concedida em 1983/84 para 3,5% em 2008/09. Ao mesmo tempo, os gastos com agricultura pelos governos declinou na Ásia, África e América Latina.

O rápido aumento da renda nos países emergentes mudou o padrão da demanda, aumentando os preços dos alimentos com mais proteínas, como carnes e pescado.

Só na China, o consumo de carne mais que dobrou em 20 anos e pode dobrar de novo até 2030. Para o Brasil, uma solução que o G-20 deve discutir é o estímulo à produção e o fim das barreiras à importação de produtos agrícolas.

No G-20, Brasil deve voltar a atacar desequilíbrios cambiais - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 16/02/2011

Ministros das Finanças e presidentes de BCs se encontram a partir de sexta em Paris

De Paris

O Brasil chega à reunião ministerial do G-20, esta semana em Paris, com a moeda que mais valorizou entre as 58 maiores economias do mundo no índice cambial do Banco Internacional de Compensações (BIS), banco dos bancos centrais.

O índice foi atualizado ontem com a taxa de câmbio efetiva real (EER) até o final de janeiro. Compilado desde 1994, representa a média cambial da moeda de um país relativa a uma cesta de outras moedas ajustadas pela inflação. Se o ranking da moeda está abaixo de 100, significa que está desvalorizada e com espaço para se apreciar.

O BIS mostra que a valorização do real continuou depois de novembro, quando em Seul

(Coreia do Sul) os chefes de Estado e de governo do G-20 não conseguiram alcançar um acordo para frear desvalorizações competitivas e empurraram a tentativa para os ministros ao longo deste ano.

No caso do Brasil, a taxa de câmbio efetiva, que estava em 147,26 por unidade do real, passou agora para 152,61, a mais alta entre todos os países examinados.

Por sua vez, o dólar americano ficou estável em 86,69 e o yuan chinês também se estabilizou em 118,13. O euro está em 93,37 e a rúpia da Índia, em 107,16.

Em Seul, a então presidente eleita Dilma Rousseff manifestou preocupação com o tamanho da valorização do real. Reafirmou posição defendida pelo governo Lula, que acusava os Estados Unidos de promoverem uma guerra cambial. E considerou que a moeda chinesa estava desvalorizada por ser atrelada ao dólar.

Os EUA, a Europa e vários emergentes reclamam que suas exportações estão sendo afetadas pela política chinesa de manter deliberadamente baixo o valor de sua moeda, e insistem para Pequim deixá-la se apreciar mais rapidamente.

Pequim resiste, alegando que isso prejudicaria suas exportações industriais. No entanto, analistas notam que o comércio exterior chinês não foi afetado pela alta de 3,5% de sua moeda desde meados de 2010.

Como o Brasil, cada vez mais países enfrentam a valorização de suas moedas. O peso mexicano subiu rapidamente em relação ao dólar, significando que o custo de produção no país para o mercado americano aumentou.

O ringgit da Malásia e o dólar de Taiwan alcançaram seus níveis mais altos em relação à moeda americana na semana passada. O franco suíço valorizou 17% contra o dólar desde junho de 2010.

Na sexta-feira e sábado, em Paris, ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais do G20, reunindo as maiores economias desenvolvidas e emergentes, dificilmente terão acordo para começar a afrontar os desequilíbrios na economia mundial, por causa da resistência chinesa.

“A China exporta e economiza; a Europa consome; e os EUA se endividam e consomem. Esse modelo não é equilibrado”, diz a ministra francesa de Finanças, Cristine Lagarde, ainda esperando convencer seus parceiros para algum avanço em Paris.

Enquanto isso, Dominique Strauss-Khan, diretor-geral do Fundo Monetário Internacional, alerta que os desequilíbrios estão de volta, com as questões que preocupavam todos antes da crise — fluxos de capitais enormes e voláteis, pressões sobre o câmbio, rápido crescimento das reservas — de novo na ordem do dia.

Nova proposta francesa no G-20 agrada ao Brasil – Andrei Netto – Economia – O Estado de São Paulo – 17/02/2011

Fazenda fica satisfeita com explicação de que a França vai propor regulamentar operações com derivativos financeiros de commodities

Ministros de Economia e presidentes de bancos centrais de países desenvolvidos e emergentes voltam à mesa de negociações, amanhã, em Paris, para a primeira reunião ministerial do G-20 em 2011. Como de praxe nos últimos encontros, eles estarão em lados opostos, divididos em questões como a criação de indicadores de desequilíbrios econômicos, na regulação de commodities e no controle de fluxos de capitais.

Apesar das divergências, o Brasil chega satisfeito pelo avanço da proposta dos anfitriões.

A reunião de ministros, que será realizada entre amanhã e sábado, é a primeira preparatória para a cúpula do G-20 de Cannes, em novembro. O evento é marcado por uma pauta ambiciosa – e polêmica – estabelecida pelos franceses. O centro do atrito entre países ricos e emergentes está na ideia de “reduzir desequilíbrios” que permeia os projetos

defendidos pelo presidente da França, Nicolas Sarkozy.

É esse objetivo que está por trás de propostas como a criação de limites para o controle de fluxo de capitais e para a especulação sobre derivados de commodities no mercado financeiro, além da reorganização do sistema monetário internacional.

Brasil. Um dos atritos dos anfitriões foi como Brasil. Em recente discurso, Sarkozy defendeu em linguagem cifrada a regulação do mercado de matérias-primas, sem exemplificar que se referia à regulação de produtos financeiros derivados dessas mercadorias.

“Será que entre o produtor e o comprador não há vocação a regular, a organizar o mercado? Isso é tudo o que a França pede”, afirmou. “Não façamos ideologia. Regulemos, organizemos, para que se trate de um verdadeiro mercado de tal forma que ninguém possa perturbar a lei da oferta e da procura.”

Diante da rejeição de países como Brasil e Argentina, Christine Lagarde veio a público na segunda-feira defender uma proposta menos radical. Segundo ela, seu país não pretende propor a regulação dos preços das matérias-primas. Em recado direto ao Brasil, afirmou: “Repito aos nossos amigos brasileiros: não queremos administrar preços”. Em

contrapartida, reiterou o desejo de levar aos membros do G-20 a proposta de regulamentação das transações de produtos derivativos financeiros de commodities.

Ontem, assessores do ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, que estarão em Paris no G-20, avaliaram como positiva a postura de Lagarde, mais moderada que a de Sarkozy. O governo brasileiro considera “um avanço” que os anfitriões do G-20 já não falem em regulação do preço das matérias-primas. “Já é um passo. Sinaliza com uma posição menos intransigente no G-20”, disse um assessor ao **Estado**.

Além do tema da regulação, há outros pontos de atrito entre as proposições que estarão na mesa de discussões até sábado e os interesses do País. Um deles diz respeito à criação de normas para a acumulação de reservas internacionais. O Brasil, que nesta semana chegou ao recorde de US\$ 300 bilhões acumulados, tem restrições à proposta franco-alemã de estabelecer regras para a poupança externa.

Brasil resiste no G-20 a crítica ao acúmulo de reservas – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 17/02/2011

Brasil, China e vários emergentes resistem no G-20 ao uso das reservas internacionais como um indicador para sinalizar desequilíbrios, o que poderia levar os países a adotar medidas para reequilibrar seu crescimento econômico. O Valor apurou que a preocupação do Brasil e de outros emergentes é que esse tipo de indicador abra caminho para o Fundo Monetário Internacional (FMI) tentar estabelecer depois qual seria o valor adequado de reservas. O debate no G-20 ocorre uma semana após auditoria independente no FMI ter mostrado que vários emergentes tiveram a impressão, durante a crise global, de que o Fundo os empurrava a reduzir o ritmo de acumulação de reservas "excessivas". Para alguns deles, o Fundo cedia às pressões políticas de países ricos para corrigir os desequilíbrios mundiais de uma maneira mais adequada a seus interesses nacionais. O diretor-executivo do Brasil e mais oito países no FMI, Paulo Nogueira Batista Jr., confirmou que, como testemunha das discussões de missões do FMI no Brasil, em 2007 e 2008, “é correto o que o relatório diz sobre essa percepção” entre funcionários do país. Emergentes expandiram suas reservas de 4% do PIB global, em 1990, para mais de 20%, em média, atualmente. As reservas servem de precaução contra saídas abruptas de capital. Servem também para fornecer liquidez às instituições financeiras nacionais. São usadas como instrumentos para estabilidade financeira interna e externa. Segundo a França, que ocupa a presidência rotativa do G-20, o montante total de reservas (excluindo ouro), ao final de 2009, alcançou US\$ 9,247 trilhões, numa alta de 162% desde fins de 2004. Os emergentes detêm mais de 75% das reservas cambiais mundiais. A China, com US\$ 2,847 trilhões, detém 31% do total; o Japão, 11%; a Arábia Saudita e a Rússia, 5%. O Brasil tem 3% do total. No G-20, o Banco Central Europeu (BCE), os Estados Unidos e a Alemanha são os que mais defendem redução da acumulação de reservas, o que é visto como uma maneira de fazer países como a China apreciarem mais rapidamente sua moeda e importar mais, ao invés de poupar no ritmo atual. Mas também a Coreia do Sul, Indonésia e Argentina estão com o Brasil e a China. A situação brasileira, em todo caso, é considerada mais confortável. As reservas de US\$ 300 bilhões em proporção do PIB são consideradas normais. Uma fonte europeia contou que volumes altos no Brasil podem ser justificados por causa do fluxo de capitais. A França, por seu lado, insiste que os desequilíbrios macroeconômicos estão aumentando. Exemplifica que entre 1998 e 2007, a soma de déficits e excedentes dos países do G-20 passou de US\$ 540 bilhões (2,3% do PIB do grupo) para US\$ 2,5 trilhões (5,6% do PIB). Em proporção de riqueza mundial, os desequilíbrios de balança de pagamentos foram multiplicados por dois. Valor Econômico http://valor.ideavalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id_... 1 de 2 15/6/2011 11:30 Outro exemplo é o fluxo de capitais “instáveis”. A crise de 2008-2009 causou uma diminuição de entradas líquidas de capitais de US\$ 1,150 trilhão nos emergentes. A saída de capital durante a crise alcançou US\$ 45 bilhões no Brasil, US\$ 262 bilhões na China e US\$ 270 bilhões na Rússia. Pelo menos 26 episódios de parada brutal de fluxos de capital foram identificados desde 2008. Os franceses sugerem entendimentos para favorecer fluxos de capitais estáveis e “gestão mais coerente” das reservas internacionais. A Alemanha se juntou ontem ao esforço da França para arrancar até sábado indicadores mesmo genéricos para identificar os desequilíbrios numa economia. Uma barganha está em curso, para conciliar interesses da China e Alemanha, os países com maiores superávits comerciais, e os Estados

Unidos, com o maior déficit, por indicadores ditos qualitativos, portanto, sem objetivos quantitativos para países individuais. Reduz bastante o exercício e facilita para a China engolir o entendimento. “Mas está tudo em aberto”, insistiu um negociador, lembrando que tanto as reservas como as contas correntes continuam causando polêmica no G-20.

Valor Econômico
http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id_... 2 de 2
15/6/2011 11:30

Brasil resiste no G-20 a crítica ao acúmulo de reservas - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 17/02/2011

De Paris Brasil, China e vários emergentes resistem no G-20 ao uso das reservas internacionais como um indicador para sinalizar desequilíbrios, o que poderia levar os países a adotar medidas para reequilibrar seu crescimento econômico. O Valor apurou que a preocupação do Brasil e de outros emergentes é que esse tipo de indicador abra caminho para o Fundo Monetário Internacional (FMI) tentar estabelecer depois qual seria o valor adequado de reservas. O debate no G-20 ocorre uma semana após auditoria independente no FMI ter mostrado que vários emergentes tiveram a impressão, durante a crise global, de que o Fundo os empurrava a reduzir o ritmo de acumulação de reservas "excessivas". Para alguns deles, o Fundo cedia às pressões políticas de países ricos para corrigir os desequilíbrios mundiais de uma maneira mais adequada a seus interesses nacionais. O diretor-executivo do Brasil e mais oito países no FMI, Paulo Nogueira Batista Jr., confirmou que, como testemunha das discussões de missões do FMI no Brasil, em 2007 e 2008, “é correto o que o relatório diz sobre essa percepção” entre funcionários do país. Emergentes expandiram suas reservas de 4% do PIB global, em 1990, para mais de 20%, em média, atualmente. As reservas servem de precaução contra saídas abruptas de capital. Servem também para fornecer liquidez às instituições financeiras nacionais. São usadas como instrumentos para estabilidade financeira interna e externa. Segundo a França, que ocupa a presidência rotativa do G-20, o montante total de reservas (excluindo ouro), ao final de 2009, alcançou US\$ 9,247 trilhões, numa alta de 162% desde fins de 2004. Os emergentes detêm mais de 75% das reservas cambiais mundiais. A China, com US\$ 2,847 trilhões, detém 31% do total; o Japão, 11%; a Arábia Saudita e a Rússia, 5%. O Brasil tem 3% do total. No G-20, o Banco Central Europeu (BCE), os Estados Unidos e a Alemanha são os que mais defendem redução da acumulação de reservas, o que é visto como uma maneira de fazer países como a China apreciarem mais rapidamente sua moeda e importar mais, ao invés de poupar no ritmo atual. Mas também a Coreia do Sul, Indonésia e Argentina estão com o Brasil e a China. A situação brasileira, em todo caso, é considerada mais confortável. As reservas de US\$ 300 bilhões em proporção do PIB são consideradas normais. Uma fonte europeia contou que volumes altos no Brasil podem ser justificados por causa do fluxo de capitais. A França, por seu lado, insiste que os desequilíbrios macroeconômicos estão aumentando. Exemplifica que entre 1998 e 2007, a soma de déficits e excedentes dos países do G-20 passou de US\$ 540 bilhões (2,3% do PIB do grupo) para US\$ 2,5 trilhões (5,6% do PIB). Em proporção de riqueza mundial, os desequilíbrios de balança de pagamentos foram multiplicados por dois. Valor Econômico http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id_... 1 de 2
15/6/2011 13:16 Outro exemplo é o fluxo de capitais “i n s t á v e i s”. A crise de

20082009 causou uma diminuição de entradas líquidas de capitais de US\$ 1,150 trilhão nos emergentes. A saída de capital durante a crise alcançou US\$ 45 bilhões no Brasil, US\$ 262 bilhões na China e US\$ 270 bilhões na Rússia. Pelo menos 26 episódios de parada brutal de fluxos de capital foram identificados desde 2008. Os franceses sugerem entendimentos para favorecer fluxos de capitais estáveis e “gestão mais coo p e r a t i v a” das reservas internacionais. A Alemanha se juntou ontem ao esforço da França para arrancar até sábado indicadores mesmo genéricos para identificar os desequilíbrios numa economia. Uma barganha está em curso, para conciliar interesses da China e Alemanha, os países com maiores superávits comerciais, e os Estados Unidos, com o maior déficit, por indicadores ditos qualitativos, portanto, sem objetivos quantitativos para países individuais. Reduz bastante o exercício e facilita para a China engolir o entendimento. “Mas está tudo em aberto”, insistiu um negociador, lembrando que tanto as reservas como as contas correntes continuam causando polêmica no G-20.

Valor Econômico
http://valor.ideavalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id_... 2 de 2
15/6/2011 13:16

Importando a confusão e somando com a nossa – Washington Novaes – Espaço Aberto – O Estado de São Paulo – 18/02/2011

Difícilmente em qualquer outra época se terão juntado tantos fatores externos e internos para dificultar o diagnóstico e a adoção de caminhos eficazes para resolver em âmbito global ou de cada país a grave crise econômico- financeira-produtiva-social-ambiental do mundo de hoje. A tal ponto que dificilmente a reunião de hoje e amanhã

do G-20 chegará a consensos produtivos. Da mesma forma que, no nosso panorama interno, são enormes e evidentes as dificuldades para avançar nos ásperos caminhos da contenção da inflação sem perder o embalo do crescimento.

Não é novidade que o presidente da França, Nicolas Sarkozy, insistirá em criar uma taxa internacional sobre operações financeiras, na esperança de deter a especulação, que gira mais de US\$ 600 trilhões (**Estado**, 28/1), num mundo onde o produto bruto anual de todas as nações juntas anda pelos US\$ 60 trilhões anuais. E como a crise financeira e a ameaça de “débâcles” vivem rondando todos os países, inclusive os industrializados, parte desse dinheiro especulativo invade cada vez mais o mundo real das commodities (agropecuárias, minerais), em busca de garantias reais – e é, na visão de Sarkozy, o principal fator da alta do preço dos alimentos no mundo (**Estado**, 30/1).

Para a ONU(19/1), as “respostas momentâneas descoordenadas à crise cambial e ao desemprego”, conjugadas com medidas de austeridade fiscal, “ameaçam a recuperação econômica do mundo”, assim como dificultam avanços nas tentativas de acudir quase 1 bilhão de pessoas que passam fome e centenas de milhões à beira desse precipício.

O preço dos alimentos no mundo é hoje o mais alto de todos os tempos, diz o Earth Policy Institute, na hora em que, a cada dia, mais 219 mil pessoas se somam à população (80 milhões por ano) e a produção agrícola vem em boa parte de zonas áridas ou com problemas hídricos. Até 2070, diz Jacques Diouf, diretor-geral da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), da ONU, será preciso aumentar a produção

de alimentos no mundo em 70% (100% nos países mais pobres). Como se fará isso em meio à especulação financeira e aos subsídios dos países mais ricos (US\$ 365 bilhões anuais só aos produtores da OCDE, segundo a *Folha de S.Paulo*, 6/2), que condicionam a oferta a outras razões (balanço comercial, mercado financeiro etc.)?

O preço da cesta de alimentos já é o mais alto desde 1990, segundo a FAO (**Estado**, 4/2). E não é novidade que no oligopolizado mercado futuro de commodities um mesmo lote de soja ou trigo chega a passar (no papel ou no computador) de mão em mão até 40 vezes, antes de se concretizarem a venda final e o consumo.

Quando se olha a questão por outro ângulo – o dos custos dos produtos agrícolas –, a perplexidade não é menor. O Brasil já é o maior importador de agrotóxicos no mundo. Consome em torno de 14 litros por hectare cultivado – além de 180 mil toneladas anuais de fertilizantes. A importação de fertilizantes cresceu mais de 200% em uma década e chegou a 80% do total (era de 20% há 30 anos). Importamos 74% do nitrogênio, 49% do fósforo e 92% do potássio. A importação total de defensivos anda pela casa dos R\$ 12 bilhões anuais.

Mas os alimentos “não são o vilão da inflação”, diz o ministro da Agricultura, quando se discute a alta de preços (23/12). O ex ministro Rubens Ricupero lhe dá razão em parte, ao lembrar que os preços atuais também recuperam as graves perdas da década de 80 (

Folha de S.Paulo, 6/2) – embora ele não esqueça a especulação financeira com commodities e os preços oligopolizados dos insumos químicos e agrotóxicos. Mas o fato é que o índice de commodities agropecuárias (soja, carne, trigo, açúcar) do Banco Central já acusava em outubro de 2010 alta de 46%; na energia (petróleo, gás, cana), 17%; e nos metais, 5,9%. Nouriel Roubini, um dos raros economistas que previram a crise mundial de 2008, acha que a atual situação “pode levar à instabilidade econômica e política” (27/1).

Mas a especulação não é só nas commodities. As altas taxas de juros no Brasil atraem legiões de investidores, já que elas estão em zero ou pouco acima nos países mais ricos. O governo brasileiro precisa, por isso, comprar moeda estrangeira (US\$ 41,4 bilhões, quase o dobro do capital que entrou no País), aumentando as despesas com juros. Cresce a dívida pública (R\$ 1,694 trilhão). Os problemas cambiais levam a um déficit da indústria em suas relações com o exterior. O governo tem de recorrer a impostos compulsórios para bancos com posições “vendidas” no câmbio. Amiúdam-se as projeções em torno de expectativas de aumentos da taxa de inflação ou alertas (como nas atas do Copom). O ministro da Fazenda chegou a falar em expurgos nos índices de inflação nos alimentos e combustíveis – mas parece haver desistido. O fato é que o IGP-M de 2010 (11,32%) é o mais alto desde 2004, com forte participação dos preços de alimentos. Os preços do boi gordo na Bolsa subiram em 2010 mais de 36%, para chegar a R\$ 117,18 a arroba. Caem as expectativas dos economistas para o crescimento do PIB este ano.

Segundo os pecuaristas, a alta da carne foi para recuperar as perdas de 2004 a 2007 (15/2). O mercado só se estabilizará, segundo eles, em 2014. E, para atender às expectativas de exportação em 2011 e ao aumentado consumo per capita para 38 quilos anuais, será preciso aumentar ainda mais a produção. Onde expandir? No Cerrado, dizem alguns dirigentes do setor (**Estado**, 11/2). Mesmo na Amazônia não será tão problemático, dizem outros – e os dados mais recentes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) já apontam para certa reversão de tendência ali, com o desmatamento no segundo semestre mais alto que o de igual período de 2009. O jeito é ir pondo a culpa de tudo no crescimento da China e da Índia. Com a distância, as contestações demoram.

Países descartam controlar preços de commodities – Andrei Netto - Economia – O Estado de São Paulo – 18/02/2011

Possível proposta francesa de regulação de valores ainda não apareceu nas principais mesas de negociações

A expectativa de que o governo da França levasse à mesa de negociações do G-20 ministerial de Paris uma proposta de regulação dos preços de matérias-primas não se confirmou. O assunto, que suscitou a rejeição do Brasil e da Argentina, não foi nem sequer abordado nas reuniões preparatórias realizadas até ontem e entre os negociações não se acredita que ele deva de fato ser proposto.

Por outro lado, a regulação do mercado de derivativos de commodities vai ser debatida. A preocupação com uma suposta pressão da França pela administração dos preços das matérias-primas cresceu nas últimas semanas, em razão de afirmações do presidente francês, Nicolas Sarkozy.

“Houve uma série de declarações muito ambíguas das autoridades francesas. Mas agora têm havido novas declarações em tom preventivo, afirmando que não se quer administrar os preços”, disse ao **Estado** um negociador brasileiro.

Assim, pelo menos por ora a ministra da Economia da França, Christine Lagarde, cumpre a palavra. Na segunda-feira, ela afirmou que o governo de seu país não estava defendendo a regulação dos preços, mas sim a regulação do mercado de derivativos de commodities – uma forma de conter bolhas de preços de produtos agrícolas.

Ontem, na saída de uma palestra do Instituto Internacional de Finanças (IIF), Lagarde voltou a enviar um recado ao Brasil afirmando que a proposta de administração não existe.

Derivativos.

Em compensação, a proposta de regulação do mercado de derivativos de commodities está de pé. Mas nesse aspecto existe pouca resistência. Como o **Estado** informou ontem, o governo brasileiro aceita discutir a regulação.

“Sobre proposta de regular a especulação e aumentar a transparência, o Brasil é a favor”, garantiu um técnico implicado na negociação. “O objetivo é que o mercado futuro sirva como orientador, mas que também reduza os riscos de distorções”, completou.

O objetivo da proposta da França é reduzir a volatilidade dos preços das matérias-primas – em especial as agrícolas. Para tanto, ao invés de criar uma ferramenta de administração de preços, o G-20 discute reduzir o impacto potencial da especulação sobre o valor final dos produtos.

Na segunda-feira, Christine Lagarde lembrou que 85% das posições de compra das matérias-primas agrícolas são detidas por investidores do mundo financeiro, e não por produtores rurais ou atacadistas. “A ‘financiarização’ do mercado de derivativos acentuou a flutuação dos preços”, afirmou a ministra da Economia.

As discussões em torno do assunto irão além do G-20 ministerial de Paris, mas a proposta tem desde já boas chances de evoluir, porque não enfrenta a oposição nem de países emergentes, nem de desenvolvidos.

Objetivo é identificar quais países mais contribuem para desequilíbrios globais

Os ministros de Economia e presidentes de bancos centrais do G-20, reunidos ontem em Paris, chegaram a um acordo para a criação de indicadores de desequilíbrio macroeconômico, prioridade número 1 do evento. Os critérios escolhidos foram dívida e déficit públicos, poupança e dívida privada e o balanço em conta corrente – que “levará em consideração”, com menor importância, aspectos como taxa de câmbio e política monetária.

O documento final do encontro confirma a maior ambição do país anfitrião, a França, que havia traçado a definição dos indicadores como a mais urgente, uma base para aprimorar o equilíbrio macroeconômico global no G-20 de Cannes, em novembro.

O compromisso, costurado com dificuldades entre sexta-feira à noite e sábado, prevê que os indicadores serão baseados em critérios de conjuntura interna – déficit e dívida públicas e poupança e dívida privadas –, e relativos ao cenário externo – balança de bens e serviços, remessas e transferências internacionais.

“Estamos muito satisfeitos pelos resultados atingidos”, disse a ministra da Economia da França, Christine Lagarde, falando em nome do G-20. “Conseguimos definir a lista de indicadores que vão servir para testar as políticas econômicas e determinar de qual maneira são propícias ao conjunto dos Estados e não só à política interna de um país.”

Uma das vitórias do acordo, segundo ela, foi incluir elementos como taxa de câmbio, políticas fiscal e monetária no comunicado final, temas que enfrentavam restrições dos emergentes. “Vocês podem imaginar que a inclusão da taxa de câmbio e da política monetária foram objetos de longo debate”, disse Christine.

Entretanto, o **Estado** apurou que esses elementos serão usados só como referência, e não são propriamente indicadores. “Foi usada uma linguagem ambígua no comunicado. Esses componentes ficam juntos da conta corrente, mas não têm exatamente o mesmo peso”, explicou um negociador brasileiro. “Foi uma concessão que se fez para conseguir o apoio da China.”

Reservas.

A proposta da França de incluir reservas internacionais não foi aceita. O tema já havia sido vetado pelos Brics, inclusive o Brasil, sexta-feira (o grupo tem ainda Rússia, Índia e China). Os emergentes temiam que a inclusão do volume de reservas entre os indicadores pudesse abrir a porta para a criação de limites de acumulação.

A partir da definição dos indicadores, o Fundo Monetário Internacional (FMI) trabalhará em estudo sobre quais países contribuem mais ou menos para o desequilíbrio macroeconômico global – na prática, China, EUA, Alemanha e Japão. Qualquer que seja o resultado do estudo do FMI, ele não significará qualquer caráter coercitivo.

Essa é outra decisão importante dos ministros, porque, na prática, os indicadores não resultarão em obrigações aos países considerados “causadores de desequilíbrios”. Esses governos receberão apenas “recomendações” para que se integrem melhor à economia global, e nenhum será obrigado a tomar medidas para melhor adaptar sua política macroeconômica. “Não são metas, não são objetivos. São só indicadores, sem caráter obrigatório”, disse Christine, questionada pelo **Estado**.

Controle de preço de commodities não avança – Andrei Netto – Economia – O Estado de São Paulo – 20/02/2011

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, saiu do encontro de ministros do G-20 satisfeito com o documento final, em especial com os indicadores escolhidos para avaliar desequilíbrios.

“O Brasil não cedeu em nada. Tudo que está aí interessa ao Brasil”, garantiu, citando contas externas e taxas de câmbio como dois de seus interesses. “Estamos plenamente satisfeitos porque (o G-20) aponta alguns desequilíbrios externos que indicam que existe guerra cambial, que existem países com câmbio mais desvalorizado do que outros.”

Descontado o acerto sobre os indicadores de desequilíbrio macroeconômicos, a reunião do G-20 ministerial de Paris teve poucos avanços visíveis.

Em três temas que interessavam diretamente ao Brasil – o enquadramento das políticas nacionais de controle do fluxo de capitais, o acúmulo de reservas internacionais e a regulação do mercado de commodities –, nada foi decidido.

Quanto aos dois primeiros assuntos, fluxos de capitais e reservas, preponderou o veto a qualquer discussão. O bloqueio à discussão já havia sido antecipado pela reunião dos ministros da Economia e autoridades monetárias de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics mais os africanos), na sexta-feira.

Como o G-20 é um fórum de consensos, os temas não avançaram. “Reforcei que cada país deve adotar as suas medidas enquanto não se estabelece um novo sistema de regras”, disse Mantega. “Falei que um dos problemas é a existência de regimes de câmbio contraditórios, de fato, que causam essa questão.”

Sem tabelamento.

Sobre commodities – pauta que gerou controvérsia entre França e Brasil –, o documento final não traz qualquer referência à administração de preços. O Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), órgão que reúne 26 autoridades financeiras internacionais, fará “considerações” sobre “regulação e supervisão” de mercados derivativos de commodities, como intuito de “aumentar a transparência” e “coibir abusos”.

Mantega ficou satisfeito. “A discussão noturna foi commodities e a França colocou uma posição satisfatória, que não era a de exercer algum controle sobre o preço dos commodities, mas apenas tornar transparentes as contas, eventualmente, olhar alguma coisa no mercado de derivativos”, disse. “O Brasil se opunha a algum tipo de controle de preços, controle de estoques ou qualquer coisa parecida, e isso não veio.”

Outros tópicos, como a reforma do sistema monetário, exigirão novas negociações.

Sexta-feira, Mantega chegou a propor a inclusão do real e do yuan chinês em uma cesta de moedas ampliada do Fundo Monetário Internacional (FMI), que tem hoje só dólar, euro, libra esterlina e iene. A discussão sobre a reforma, porém, também foi adiada.

Interesses nacionais freiam avanço em reunião do G-20 – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 21/02/2011

China, porém, aceita avaliação de sua política cambial **Assis Moreira** De Paris Autoridades econômicas dos principais países concordaram no sábado, na reunião do

G-20 em Paris, em usar uma série de parâmetros macroeconômicos como forma de medir a situação de equilíbrio (ou desequilíbrio) da economia global. Por pressão da China, o tamanho das reservas internacionais ficou de fora desses parâmetros, mas Pequim acabou cedendo e aceitou indiretamente o uso de taxas de câmbio. O acordo, porém, não terá impacto imediato nas políticas econômicas dos países, nem reduzirá o risco de guerra cambial e comercial. O Brasil teve uma posição pragmática em relação à China no G20, mas aparentemente confundiu certos membros do grupo na negociação para atacar problemas de câmbio e comércio. Na longa e dura negociação em Paris, o Brasil não apoiou os Estados Unidos e nem se alinhou automaticamente à China, mas tampouco ficou claramente contra a insistência de Pequim de recusar o uso da taxa de câmbio como indicador de desequilíbrio na economia mundial, pelo menos na percepção de alguns membros. O ministro de Finanças da Itália, Giulio Tremonti, deu entrevista apontando a China e o Brasil como os países que rejeitavam a taxa de câmbio como indicador e insinuando que ambos bloqueavam um acordo. Alguns jornalistas italianos, surpresos, já que os dois países tem realidades cambiais diferentes, checaram de novo com o porta-voz de Tremonti para saber se ele errara ao mencionar o Brasil. A resposta foi que era isso mesmo. Já o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou, depois da negociação, que o Brasil chegou “a um acordo de colocar os vários indicadores que interessavam ao Brasil” Segundo Mantega, “o principal para nós era a inclusão de contas externas, taxas de câmbio”. Ou seja, exatamente o que Pequim tentou rejeitar. Um negociador brasileiro disse que a realidade na negociação foi refletida na fala de Mantega. Ele observou que Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, coordenaram posição previamente, mas sem representar uma aliança integral, justamente por divergências, como no uso da taxa de câmbio como indicador para avaliar os desequilíbrios econômicos. Em outros temas, as divergências também são evidentes entre os emergentes. A questão, porém, é de percepção entre os membros do G-20. Um negociador latino, que pediu para não ser identificado, disse ter ficado “claro” que o Brasil era contra uso do câmbio. Um alemão admitiu não ter entendido o que o país queria. Um terceiro afirmou ter entendido nas discussões técnicas que China, Brasil, Indonésia, Coreia do Sul, Argentina e África do Sul se opuseram, enquanto Estados Unidos, Alemanha e o Banco Central Europeu queriam mencionar explicitamente o câmbio. A negociação do comunicado final dos ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais das Valor Econômico http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id_... 1 de 3 15/6/2011 13:31 principais economias desenvolvidas e emergentes bateu um recorde, começando às 20h da sexta-feira e terminando às 10h30 da manhã do dia seguinte. O documento foi depois revisado de novo pelos ministros, refletindo o confronto. No fim, saiu uma lista de indicadores de metas quantitativas, limitando a futura avaliação das políticas: dívida pública e déficit fiscal, poupança e dívida privadas, desequilíbrio externo composto de balança comercial e fluxo líquido de renda de investimentos e transferências (sobretudo remessas de trabalhadores). A China conseguiu evitar referencia a “contas correntes”. E a taxa de câmbio entrou para ser submetida ao escrutínio internacional através de uma sutileza de linguagem burocrática típica desse tipo de negociação, com os ministros dizendo que serão “levadas em devida consideração” as políticas cambial, fiscal, monetária e outras políticas. Em certo momento, a referencia à taxa de câmbio saiu do texto, mas foi reintroduzida por insistência de Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha. Um negociador brasileiro considerou o resultado sobre câmbio melhor que o obtido pelos assessores ao longo da noite. O Brasil insistiu para que os desequilíbrios globais não fossem abordados, dando ênfase em câmbio ou situação dos emergentes, mas também sobre as políticas

monetária, fiscal e fragilidade das instituições financeiras de países ricos. O acordo de Paris basicamente mantém andando o processo de negociação de um arcabouço para avaliação mútua das políticas econômicas. Mas não tem impacto no curto nem no médio prazos. A disputa por fatias de mercado e o risco de guerra cambial continuam. Para Mantega, a existência dos indicadores não tem consequência imediata, mas serve para ilustrar “alguns desequilíbrios externos e confirmar que existe guerra cambial, países com câmbio mais desvalorizado que outros”. Para um negociador, o Brasil vai continuar criticando os EUA e a China por causa de políticas que mantêm as moedas subvalorizadas. No G-20, ficou também de fora o uso de reservas internacionais para indicar desequilíbrio econômico, aceitando a posição da China, que não quer nem ouvir falar de limites ou “volume adequado” para suas reservas, próximas de US\$ 3 trilhões. O Brasil teve posição idêntica. Mas, no fim do G-20, negociadores admitiam que esse item não era “fundamental” ao país, pois as reservas são consideradas adequadas em relação ao PIB. O jogo sobre câmbio no G-20 é realmente entre Estados Unidos, país com o maior déficit comercial, e China, com o maior superávit e moeda desvalorizada. O pano de fundo no confronto é quem vai pagar mais a fatura do processo de ajuste da economia mundial. Pequim indicou que pode mudar seu modelo de desenvolvimento, baseado nas exportações, por uma economia mais voltada ao seu gigantesco mercado doméstico. Mas o presidente do Banco Central chinês, Zhou Xiaochuan, avisou que “isso será lento, pode levar dez anos no mínimo”. A próxima batalha diplomática será para determinar até abril a metodologia e como os indicadores escolhidos serão utilizados. Depois, o Fundo Monetário Internacional (FMI) deverá fazer uma ampla avaliação das políticas econômicas dos membros do G-20, seguida de “recomendações” sem nenhuma obrigatoriedade. Mas a China continua querendo impedir a avaliação. Prefere ela mesmo avaliar a sua política econômica. Valor Econômico http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id_... 2 de 3 15/6/2011 13:31 Sobre regulação do mercado agrícola, o Brasil e outros exportadores saíram satisfeitos com o “fim da ambiguidade” da França. O G20 se limitará a melhorar a transparência nos mercados, incluindo regulação de derivativos de produtos agrícolas e energéticos, e nos estoques de alimentos. Valor Econômico http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id_... 3 de 3 15/6/2011 13:31

Até a próxima crise – Celso Ming – Economia – O Estado de São Paulo -22/02/2011

Foram pobres os resultados da reunião de ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais do Grupo dos 20 (G-20) realizada sexta-feira e sábado, em Paris. O conflito de interesses prevaleceu sobre a busca de políticas coordenadas de ataque às distorções. Não houve sequer acordo sobre critérios para definição de quais são os grandes desequilíbrios.

O comunicado diz que serão escolhidos indicadores na área da dívida pública, nos déficits orçamentários, nos desequilíbrios comerciais e nas transferências de capitais. Mas, desde logo, não há pista do que pode ser feito pelos governos quando forem estabelecidos esses indicadores.

Durante anos, todos ouvimos de dirigentes, analistas e críticos que a economia mundial, embora cada vez mais globalizada, está bloqueada por grandes distorções. Na primeira grande oportunidade que os líderes das finanças globais tiveram para dar o primeiro passo firme para enfrentá-las, vê-se que não há nenhuma disposição para isso.

Os Estados Unidos, por exemplo, nem sequer reconheceram que inundam os mercados com dólares emitidos do nada, declaradamente porque é preciso garantir a recuperação. Tanto o secretário do Tesouro, Tim Geithner, como o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Ben Bernanke, repetiram o velho estribilho de que o que é bom para os Estados Unidos é bom para o resto do mundo, na medida em que todos só terão a ganhar quando o sistema produtivo americano estiver reativado.

Ninguém entendeu o que o presidente da França, Nicolas Sarkozy, queria com a intervenção dos governos nos mercados de alimentos. Não há quem goste de excessiva volatilidade dos preços, mas como evitá-los, se os estoques estão zerados, o consumo está aumentando substancialmente nos países emergentes e as condições climáticas continuam produzindo quebra de safras? Não ficou claro se Sarkozy tinha por objetivo um esforço para recomposição de estoques; se pretendia o controle dos mercados de derivativos com o objetivo de evitar a especulação; se foi apenas para aumentar a transparência desse segmento do mercado “para possíveis intervenções futuras”, como saiu no comunicado final do encontro; ou, então, se em última análise queria sinal verde para aumentar os subsídios aos produtores de alimentos na Europa.

De resto, as sugestões para quebrar o atual monopólio do dólar como moeda internacional de reserva não passaram de veleidades. Nenhum passo importante foi dado para a reforma do Sistema Monetário Internacional, em que Sarkozy tanto vinha insistindo.

O ministro Guido Mantega voltou satisfeito. Não prevaleceu nenhuma das propostas preliminares que poderiam prejudicar os atuais interesses do Brasil. Não haverá intervenção nos mercados de alimentos; e não haverá imposição de limites para a formação de reservas externas nem proibição de controles dos fluxos de capital, tal como o governo brasileiro passou a praticar.

Como esta Coluna já avançou em outra oportunidade, a leve recuperação da economia global acabou com o sentido de urgência dos senhores do mundo na busca de decisões conjuntas para a superação das distorções que estão por aí. O momento é de retorno do regime anterior, de cada um por si. Até a próxima crise.

Rio+20 não pode se tornar arena de acusações, diz ministra Izabella no Quênia – Maisse Gramacho – Sítio Eletrônico do MMA – 22/02/2011

"A Rio+20 não deve se transformar em uma arena de acusações. Porém, devemos discutir abertamente as falhas que enfrentamos hoje, em relação ao que decidimos fazerem 1992." A avaliação foi feita pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em discurso proferido ontem (21/2) em Nairóbi (Quênia), onde participa da reunião do Fórum Global de Ministros de Meio Ambiente.

No evento, Izabella foi a principal oradora de mesa-redonda que debateu o processo preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, que será realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2012. A conferência marca os vinte anos da Rio 92, evento que estabeleceu uma nova base para a avaliação internacional das relações entre proteção ambiental, crescimento econômico e justiça social.

"Aos aproximarmos do vigésimo aniversário desse evento histórico e dos avanços tornados possíveis, temos a oportunidade de refletir sobre o que conquistamos e o que ainda precisamos melhorar", disse a ministra em seu discurso. A mesa-redonda contou, também, com a participação do diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Achim Steiner, e do secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang.

Para Izabella, manter o compromisso político assumido à época é essencial. "Desde 1992, muitos desafios internacionais urgentes surgiram, e, não raro, tiraram a prioridade do desenvolvimento sustentável. No entanto, vemos uma necessidade decrescente de iniciativas globais, regionais e nacionais, e também notamos custos crescentes de modelos de produção e consumo insustentáveis", observou.

De acordo com a ministra brasileira, a Rio+20 irá se defrontar com condições sociais, ambientais e econômicas específicas, que demandarão soluções criativas. "Devemos encontrar caminhos para tornar a realidade a visão de 1992."

Preparação - Em seu discurso no Fórum de Ministros, Izabella Teixeira frisou que o foco da Rio+20 será no desenvolvimento sustentável, não no meio ambiente isoladamente.

"Entendemos que os problemas globais que algumas vezes são vistos com ambientalismo, na realidade, problemas de desenvolvimento, que requerem uma abordagem mais integrada em suas soluções", disse. "É com essa perspectiva que o PNUMA deve trabalhar para a Rio+20", recomendou.

A ministra destacou a importância da atuação do Pnuma no processo preparatório para a conferência, mas disse que o papel da instituição não será cumprido, "caso opte por trabalhar com uma perspectiva ambiental limitada, sem a consideração plena do desafio do desenvolvimento sustentável".

Em seu discurso, Izabella também reforçou a necessidade de o Pnuma continuar fornecendo elementos para discussão, inclusive nas áreas dos dois sistemas principais da Rio+20: economia verde e governança internacional para o desenvolvimento sustentável.

"Esses são temas que são vistos como divisores e sobre os quais devemos nos debruçar para juntos desenvolvermos abordagens nas quais os países possam se reconhecer, e reconhecer suas necessidades. Qualquer abordagem que aumente o fosso entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento será inaceitável, tornando impossível o consenso necessário para uma conferência exitosa em 2012", concluiu a ministra.

G-20 agora se atrapalha em discussões óbvias – Valor Econômico - Opinião - 23/02/2011

Na medida em que arrefece a intensidade da crise internacional e o crescimento econômico mundial começa a ganhar fôlego, diminui a propensão dos países de discutir a redução dos graves desequilíbrios globais. A mudança de disposição foi sensível na reunião de novembro do G-20, grupo das 19 economias mais relevantes mais a União Europeia, em Seul, e ficou patente no encontro deste fim de semana, realizado em Paris. Foi uma das reuniões mais pífias dos últimos anos e seu maior feito foi definir os indicadores que serão usados para avaliar se um país está contribuindo para os desequilíbrios globais e, assim, reduzir as crises. Não haverá imposição de exigências aos países com indicadores ruins, mas apenas recomendações para melhorar o desempenho. Temas relevantes ficaram fora da mesa. Um deles é a regulamentação do mercado de commodities, cujos preços vêm subindo em função de problemas climáticos, aumento da demanda e especulação financeira, pressionando a inflação em vários países e causando instabilidade social. Produtores de commodities como o Brasil rejeitaram a proposta francesa, nunca bem definida, e que deixava a porta aberta para controles arbitrários de preços. O debate evoluiu para o controle da especulação com commodities no mercado financeiro, mas nem mesmo a negociação dessa faceta relevante do problema prosperou. Outra questão importante em suspenso pelo menos desde Seul é a dos fluxos internacionais de capitais, que estão causando a apreciação de moedas de países emergentes como o Brasil. É a guerra cambial, como chamou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que pode se transformar em guerra comercial, com graves desequilíbrios na balança comercial dos países. Nicolas Sarkozy, presidente da França e presidente rotativo do G-20 neste ano, chegou a encampar a bandeira da regulação dos fluxos internacionais de capital e apresentou várias propostas, da criação de uma taxa sobre esse dinheiro à reformulação do sistema monetário internacional. Sarkozy até propôs a criação de um novo Bretton Woods, em uma referência ao acordo de 1944, quando as diferentes moedas tiveram o valor fixado em relação ao dólar que, por sua vez, foi indexado ao ouro. Esse acordo prevaleceu até 1971, quando a conversibilidade do dólar em ouro foi rompida unilateralmente p/elos Estados Unidos. O presidente francês foi, porém, abrindo mão paulatinamente de suas metas ambiciosas e contentou-se em limitar a discussão à questão dos indicadores de desequilíbrios. Esse debate é aparentemente inútil, uma vez que o Fundo Monetário Internacional (FMI) já acompanha a economia dos países membros – aliás, desde sua criação, também em Bretton Woods –, pode fornecer qualquer número que o G-20 desejar e tem uma metodologia desenvolvida para avaliar os desequilíbrios econômicos. Ainda assim a discussão foi acirrada e foi difícil fechar um acordo. A muito custo foi definido um grupo de indicadores que sinalizarão quais países contribuem para o desequilíbrio global. Caberá ao FMI acompanhar e avaliar esses indicadores, papel que aliás ele já exerce. Os indicadores finalmente definidos foram poupança e dívida privada; dívida pública e déficit fiscal; balança comercial, fluxo de investimentos líquidos e remessas. Foram os indicadores da área externa que previsivelmente suscitaram maior discussão. As economias avançadas queriam incluir os resultados em conta corrente. O secretário do Tesouro dos EUA, Timothy Geithner, tentou emplacar limites para os Valor Econômico http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id_... 1 de 2 15/6/2011 14:06 superávits e déficits em conta corrente de 4% em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Mas a China e a Alemanha, que ostentam os maiores superávits comerciais do planeta, rejeitaram a fixação de limites. Outro indicador combatido pelos emergentes foi o nível de reservas internacionais. Nada indica que os mercados emergentes estejam dispostos a abandonar a política de acumulação de reservas que os salvou na crise internacional, apesar dos custos fiscais. A oposição é liderada pela

China, com perto de US\$ 3 trilhões em reservas internacionais, mas também conta com o Brasil, com 10% disso. Apesar de empenhado em diminuir os desequilíbrios globais, o G-20 parece ter suas discussões cada vez mais polarizadas entre os mercados emergentes e economias avançadas. Valor Econômico
http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id_... 2 de 2
15/6/2011 14:06

Parcos resultados do G-20 – Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 26/02/2011

Dos grandes temas que alguns dos principais participantes da reunião dos ministros das Finanças e dos presidentes dos bancos centrais das 20 maiores economias do mundo (G-20) queriam incluir no documento final divulgado no encerramento do encontro realizado em Paris, na semana passada, praticamente nenhum sobreviveu. A principal decisão da reunião foi a criação de um sistema de indicadores de desequilíbrio econômico, que, se interpretados corretamente pelos governos dos países em dificuldades, poderão evitar o agravamento dos problemas. Mas os indicadores não resultarão em imposições para os governos dos países com problemas. Serão apenas “recomendações” para a correção de eventuais desvios das políticas econômicas.

Debatido ininterruptamente da noite de sexta-feira até a manhã de sábado, o documento exclui os temas mais polêmicos, sobre os quais havia divergências insuperáveis entre os membros do G-20. A questão que vem sendo discutida há mais tempo nas reuniões internacionais é a política cambial da China, que mantém sua moeda, o yuan, artificialmente desvalorizada para estimular as exportações. Essa prática vem sendo criticada cada vez mais duramente pelo governo dos Estados Unidos, cujo déficit comercial com a China cresce sem parar, e por outros países.

Durante a discussão, a questão cambial foi incluída no documento por insistência dos EUA e retirada por exigência da China. Acabou sendo mantida no documento final, mas como citação. O texto aprovado estabelece que os indicadores internos serão baseados na dívida pública e no déficit fiscal, além dos índices de poupança e de endividamento do setor privado. Na área externa, os desequilíbrios serão aferidos com base na balança comercial e no fluxo de investimentos externos, “levando na devida consideração a taxa de câmbio”. Essa referência tão ambígua à questão é a que foi aceita por todos.

O presidente francês, Nicolas Sarkozy, ambicionava transformar a reunião de Paris num marco da reforma do sistema financeiro global, uma espécie de nova Bretton Woods – cidade americana onde, em 1944, representantes de 45 países firmaram o acordo que estabeleceu a nova ordem monetária mundial e criou o FMI e o Banco Mundial. O documento reconhece que há vulnerabilidades no sistema monetário internacional, daí a necessidade de seu aperfeiçoamento. Mas esse objetivo será perseguido através do fortalecimento de instituições como o FMI, que está incumbido de apontar os países que mais contribuem para o equilíbrio ou o desequilíbrio mundial.

Outra questão que o governo francês pretendia discutir na reunião era o controle dos preços das *commodities*, para evitar as operações especulativas que resultam em altas de preços. O Brasil e os países do Bric (Rússia, Índia e China), agora com a presença da África do Sul, discordaram da proposta, que, por isso, não avançou. Nada foi decidido sobre o assunto.

Também nada se decidiu sobre a limitação do acúmulo de reservas internacionais, medida que tinha como principal alvo a China (cujas reservas superam US\$ 1 trilhão) e também o Brasil. Como na proposta de controle das *commodities*, também na questão das reservas o grupo dos Brics e os emergentes em geral se colocaram contra a proposta dos industrializados.

Não haverá nenhum resultado imediato do que se decidiu em Paris. Cada governo continuará a executar a política econômica que vem seguindo e não se reduzirá imediatamente o risco de uma guerra cambial ou comercial. Mesmo assim, a ministra da Economia da França, Christine Lagarde, falando em nome do G-20, disse que todos estavam “muito satisfeitos com os resultados atingidos”.

Seu otimismo tem algum fundamento. Embora o documento não tenha impacto prático e o sistema de indicadores a ser criado não irá impor deveres nem sanções aos governos com problemas, o acordo pelo menos preserva o processo de negociação de novos mecanismos e estruturas que possam reduzir os riscos econômicos globais.

Na Índia, países que integram o BASIC discutem mudanças climáticas – Maiese Gramacho – Sítio Eletrônico do MMA - 28/02/2010

Ministros do Meio Ambiente dos países que compõem o BASIC - Brasil, África do Sul, Índia e China - se reuniram neste fim de semana (26 e 27 de fevereiro) em Nova Délhi (Índia) para avaliar a política global de mudança climática pós-Cancún e, também, avançar nas negociações que serão conduzidas na próxima conferência das Nações Unidas sobre o tema, marcada para o fim deste ano em Durban (África do Sul).

A reunião foi o primeiro encontro internacional sobre o tema 'mudança do clima' desde dezembro de 2010, quando foi realizada a Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas, a COP-16, em Cancún (México).

Assim como ocorreu no Rio de Janeiro em julho de 2010, o evento em Nova Délhi teve o formato 'Basic Plus', contando com a participação de países convidados - destaque, Argentina, Argélia e as Maldivas.

Entre os temas debatidos, os participantes da reunião do BASIC discutiram o segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto e a eliminação de Hidrofluorcarbonetos (HFCs), substâncias que favorecem o aquecimento global.

A reunião de Nova Délhi foi a sexta do BASIC, grupo formado em Pequim (China) em novembro de 2009.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor,
Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf

Assistentes de Pesquisa

Catia Grisa, Karina Kato, Luiza Mariano de Lima Araujo,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa